

Exmos, Senhores Deputados,

a ALPC agradece à Exma presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Exma Dra. Teresa Leal Coelho, e a todos os grupos Parlamentares e Deputados o convite e esta oportunidade que nos foi concedida de estar presentes na comissão de Orçamento e Finanças (COFMA)

A ALPC entende que a solução encontrada para o papel comercial do BES não é justa nem equitativa entre os lesados fazendo discriminação dos mesmos, quando todos somos lesados da mesma forma, com o mesmo produto financeiro aos mesmos balcões do BES.

Demos conhecimento em reunião em que fomos recebidos individualmente pelo grupo de trabalho.

Existem clientes com todo o patrimonio investido e que vão receber 50% enquanto outros vão receber 75% com apenas uma diminuta parte do patrimonio que possui investido. neste produto financeiro.

A titulo de exemplos uma pessoa que investiu até 500 mil euros se tiver 2 aplicações de 250 mil com o mesmo contribuinte recebe 75% de cada uma enquanto quem tem 1 aplicação do mesmo valor recebe no máximo 250mil euros. Este tipo de situação a que os clientes eram alheios era o banco que fazia essa divisão conforme se a serie global estava esgotada ou não e não o cliente.

Outro exemplo um cidadão que investiu 100mil euros e ainda possui 900 mil euros vai receber 75% do valor investido não obstante de ter ainda 900mil euros.

Um cidadão que investiu todo o seu património no valor de 600 mil euros vai receber apenas 50% do valor, como é o caso, de muitos dos nossos associados.

Esta e outras situações consideramos profundamente injustas e discriminatórias.

Somos todos investidores não qualificados que foram levados a investir em produtos financeiros falsificados e com garantia do Banco de Portugal que criou uma falsa segurança criando uma provisão que prometia o reembolso do capital investido para descansar estes clientes e no final não cumpriu ficando estes clientes impossibilitados de resgatar as poupanças que seriam devolvidas sem juros.

Esta associação defende o pagamento do valor de 75% a todos os lesados não qualificados, nem que fosse em mais anos para estes casos. Esta é a forma mais justa e equitativa para que não existam pessoas que aplicaram tudo ou mais de 95% do seu património e têm rendimentos normais, que serão disponibilizados para consulta aos Exmos. Deputados e com englobamento de contas bancárias com notas de liquidação de IRS de vários anos, serem prejudicadas gravemente e injustamente.

Desta forma, todas as pessoas terão perdas de 25% mas de forma proporcional ao que investiram.

A diferença em valores para que tal aconteça é de apenas 38 milhões de euros pago em prestações pelo fundo em vez de 3 anos ser em 5 anos.

Queremos uma solução justa de indemnização sem discriminação é para isso como cidadãos que todos pagamos impostos e vivemos em democracia sem discriminações.

Segundo a nossa constituição o estado ou organismos públicos devem tratar de igual forma os cidadãos sem discriminação dos mesmos.

Vimos desta forma solicitar e sensibilizar todos os Grupos Parlamentares que estão representados na COFMA e a Assembleia da República para esta discriminação injusta que pode ser resolvida de forma justa com o vosso apoio.

A solução preconizada pelo grupo de trabalho vai prejudicar 257 Lesados que

investiram montante superior a 350 mil euros.

Estes cidadãos certamente sentir-se-ão injustiçados o que levará a que muitos deles nomeadamente os nossos associados a recusarem-se a aderir a esta solução por ser profundamente injusta. Tal como já referimos e é importante que vossas excelências tenham bem presente que com 38 milhões conseguir-se-á uma solução justa e equitativa para todos, recebendo cada lesado 75% do capital investido.

É também muito importante frisar que esta solução além de justa vai fazer com que o estado poupe muito dinheiro, uma vez que se todos os lesados concordarem com a solução a apresentar ou seja cada um receber 75% do valor do capital investido deixará de haver litigância nos tribunais com a consequente redução substancial de custos do estado. O Estado desta forma também poderá resolver de forma mais celere e expedita a venda do Novo Banco.

Em sumula a Solução por nós defendida além de ser a mais justa é aquela que defende melhor os interesses de todos os Lesados, cidadãos e do próprio Estado.

Obrigado.

